

3º Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional

Um diagnóstico para a inclusão
social pela educação

[Avaliação de Leitura e Escrita]

INSTITUTO
PAULO MONTENEGRO 
ação do IBOPE pela educação



Ação Educativa

São Paulo, 8 de setembro de 2003

FICHA TÉCNICA

COORDENAÇÃO

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO: Fabio Montenegro

AÇÃO EDUCATIVA: Vera Masagão Ribeiro

IBOPE OPINIÃO: Márcia Cavallari Nunes

EQUIPE TÉCNICA

Helio Gastaldi (IBOPE)

Maurício Garcia (IBOPE)

Mayra Moura (Ação Educativa)

Silvia Cervellini (IBOPE)

Vera Marchesi (IBOPE)

Waldemar Montes (IBOPE)

FALE CONOSCO

INSTITUTO PAULO MONTENEGRO

Fone: (11) 3066-1601

ipm@ibopec.com.br

www.ipm.org.br

AÇÃO EDUCATIVA

Fone: (11) 3151-2333

acaoeducativa@acaoeducativa.org

www.acaoeducativa.org

IBOPE OPINIÃO

Fone: (11) 3066-1757/1754

opp@ibopec.com.br

www.ibopec.com.br

APRESENTAÇÃO

As Nações Unidas proclamaram 2003-2012 como a Década da Alfabetização, promovendo com essa iniciativa uma visão ampliada do conceito: não somente a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, mas seus usos para a comunicação, a informação, a participação e a aprendizagem ao longo da vida.

No ano inaugural dessa Década, o INAF 2003 oferece à sociedade brasileira informações atualizadas sobre as habilidades e as práticas de leitura da população brasileira, suas relações com a educação básica e continuada. Destaca as desigualdades entre homens e mulheres e entre os diversos estratos socioeconômicos, com o objetivo de subsidiar políticas públicas e práticas educacionais que promovam o acesso de todos à alfabetização, à educação e à cultura.

O INAF 2003 verificou as habilidades de alfabetismo da população por meio da aplicação de um teste de leitura com tarefas relacionadas a contextos cotidianos. O teste acompanhado de questionário sobre práticas de leitura e outros hábitos culturais foi aplicado a uma amostra representativa da população brasileira com idade entre 15 e 64 anos de idade, durante o mês de julho.

Esta é a terceira edição do INAF. Em 2001 foi feito o primeiro levantamento sobre habilidades de leitura e, em 2002 focalizaram-se as habilidades matemáticas e seus usos no cotidiano.

O Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional é uma iniciativa do Instituto Paulo Montenegro – Ação Social do IBOPE e da ONG Ação Educativa.

O QUE É O INAF?

O CONCEITO DE ALFABETISMO FUNCIONAL

A definição sobre o que é analfabetismo vem, ao longo das últimas décadas, sofrendo revisões significativas, como reflexo das próprias mudanças sociais. Em 1958, a UNESCO definia como alfabetizada uma pessoa capaz de ler e escrever um enunciado simples, relacionado a sua vida diária. Vinte anos depois, a UNESCO sugeriu a adoção dos conceitos de analfabetismo e alfabetismo funcional. É considerada alfabetizada funcional a pessoa capaz de utilizar a leitura e escrita para fazer frente às demandas de seu contexto social e usar essas habilidades para continuar aprendendo e se desenvolvendo ao longo da vida. Seguindo recomendações da UNESCO, na década de 90, o IBGE passou a divulgar também índices de analfabetismo funcional, tomando como base não a auto-avaliação dos respondentes, mas o número de séries escolares concluídas. Pelo critério adotado, são analfabetas funcionais as pessoas com menos de 4 anos de escolaridade.

UM NOVO INDICADOR PARA A MELHORIA DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

Mas será que 4 anos de escolaridade garantem o alfabetismo funcional? Na verdade o conceito é relativo, pois depende das demandas de leitura e escrita colocadas pela sociedade.

Na América do Norte e na Europa, tomam-se 8 ou 9 anos como patamar mínimo para se atingir o alfabetismo funcional. Nas últimas décadas, esses países começaram a realizar pesquisas amostrais para verificar os níveis de habilidades e usos da leitura e da escrita na população adulta. Na América Latina, o problema tem características específicas e mais complexas, entretanto, a disponibilidade de informações baseadas em pesquisas extensas é muitíssimo mais reduzida.

A iniciativa de fazer um levantamento nacional sobre o alfabetismo dos jovens e adultos é inédita no Brasil. Seu objetivo é gerar informações que ajudem a dimensionar e compreender o problema, fomentem o debate público sobre ele e orientem a formulação de políticas educacionais e propostas pedagógicas.

POR QUE UM INDICADOR NACIONAL DE ALFABETISMO FUNCIONAL?

A iniciativa de fazer um levantamento nacional sobre o alfabetismo dos jovens e adultos é inédita no Brasil. Seu objetivo é gerar informações que ajudem a dimensionar e compreender o problema, fomentem o debate público sobre ele e orientem a formulação de políticas educacionais e propostas pedagógicas.

- ♦ Quais são as habilidades de leitura e escrita exigidas na vida cotidiana, no universo do trabalho e da participação social e política?
- ♦ Quantos anos de escolaridade e que tipo de ação educacional garantem níveis satisfatórios de alfabetismo?
- ♦ Que outras condições favorecem o desenvolvimento de tais habilidades ao longo da vida?
- ♦ Que regiões ou subgrupos da população encontram-se em desvantagem e mereceriam atenção especial?
- ♦ Quais seriam as melhores estratégias para elevar as condições de alfabetismo da população?

Respostas a perguntas como essas podem orientar políticas, currículos e metodologias de ensino da educação básica. São úteis também para o desenho de políticas de educação continuada que garantam oportunidades de auto-desenvolvimento e qualificação profissional a todos os cidadãos.

A PESQUISA NACIONAL SOBRE O ALFABETISMO FUNCIONAL EM 2003: METODOLOGIA E INSTRUMENTOS

A pesquisa, realizada pelo IBOPE em julho, utilizou uma amostra nacional, representativa da população brasileira, com 2000 pessoas de 15 a 64 anos.

Para verificação das capacidades de alfabetismo da população, foi aplicado um teste contendo tarefas relacionadas a contextos e objetivos práticos de leitura e escrita.

Além do teste, foi aplicado um questionário que levantou informações sobre o background familiar e educacional dos respondentes, sobre suas práticas de leitura e escrita em diversas esferas de vivência e também sobre o julgamento que fazem de suas próprias capacidades.

PRINCIPAIS RESULTADOS

SÓ 25% DOS BRASILEIROS ENTRE 15 A 64 ANOS DEMONSTRAM HABILIDADES PLENAS DE LEITURA E ESCRITA

O teste identificou que 8% dos brasileiros entre 15 a 64 anos encontram-se na condição de analfabetismo absoluto e 30% têm um nível de habilidade muito baixo: só são capazes de localizar informações simples em enunciados com uma só frase, num anúncio ou chamadas de capa de revista, por exemplo (nível 1).

Outros 37% conseguem localizar uma informação em textos curtos (um carta ou notícia, por exemplo), o que se poderia considerar como sendo um nível básico de alfabetização (nível 2).

Os 25% que demonstram domínio pleno das habilidades testadas (nível 3) são capazes de ler textos mais longos, localizar mais de uma informação, comparar a informação contida em diferentes textos e estabelecer relações diversas entre elas.

PESQUISA REVELA QUE NÃO HÁ MUDANÇA NOS NÍVEIS DE ALFABETISMO FUNCIONAL DA POPULAÇÃO BRASILEIRA

De forma geral, esses dados confirmam os resultados verificados em 2001, quando foram aplicados os mesmos instrumentos em amostra semelhante.

Evolução dos níveis de alfabetismo leitura e escrita – 2001 - 2003			
	2001	2003	Diferença
Analfabeto	9%	8%	-1 pp
Alfabetismo Nível 1	31%	30%	-1 pp
Alfabetismo Nível 2	34%	37%	3 pp
Alfabetismo Nível 3	26%	25%	-1 pp

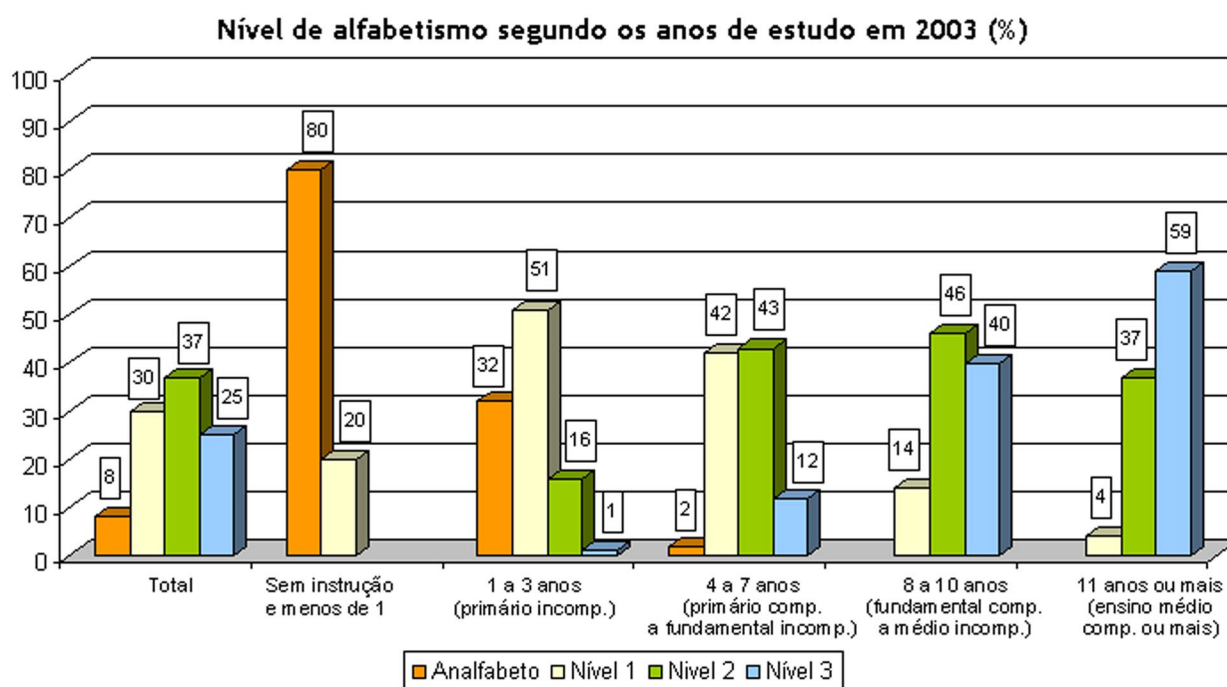
SÓ ENTRE A POPULAÇÃO COM PELO MENOS 8 ANOS DE ESTUDO OS NÍVEIS BÁSICO E PLENO DE ALFABETISMO SÃO GENERALIZADOS (ULTRAPASSAM 80%)

A escolaridade reafirma-se como principal fator de promoção das habilidades e práticas de leitura da população. Os resultados do INAF 2003, portanto, não são surpreendentes se considerarmos que 60% da população estudada não têm a escolaridade mínima obrigatória de 8 anos e que a educação básica (ensino fundamental + ensino médio) é privilégio de apenas 20%.

Com relação à escolaridade, merece destaque:

- 20% dos que não completaram sequer uma série aprenderam a ler e escrever, provavelmente por outros meios que não a escolarização.
- Quase um terço dos que completaram de uma a três séries escolares (32%) se encontra ainda na situação de analfabetismo absoluto – não sabem ler e escrever. Outros 51% podem ser considerados analfabetos funcionais.

- Mesmo entre pessoas com 4 a 7 anos de estudo, pouco mais da metade atinge os níveis básico e pleno de habilidade (níveis 2 e 3). Os demais também poderiam ser considerados analfabetos funcionais.
- Só o ensino fundamental completo garante um nível pelo menos básico de leitura e escrita para mais de 80%.
- O domínio pleno das habilidades testadas (nível 3) só é majoritário entre as pessoas com ensino médio ou mais.

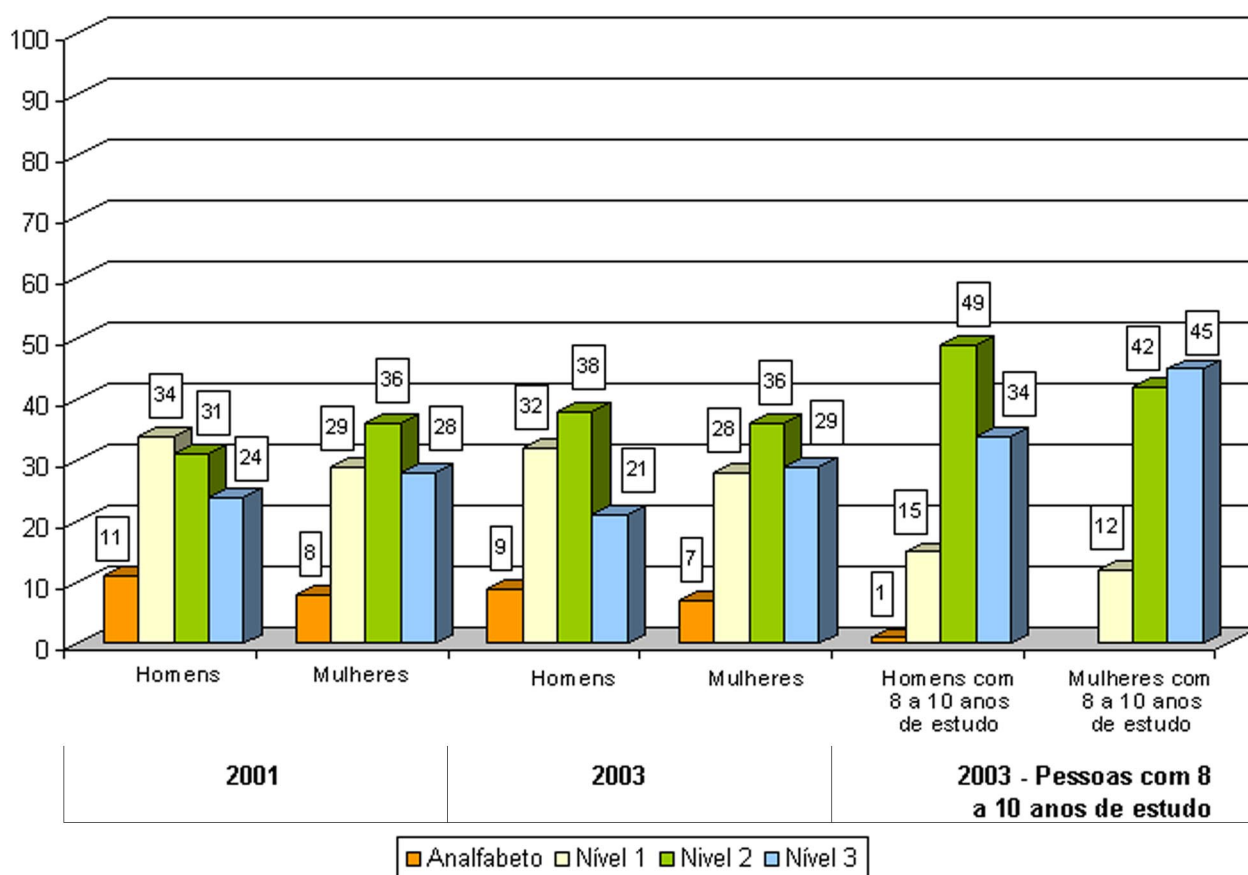


AMPLIA-SE O DIFERENCIAL NO DESEMPENHO EM LEITURA DE HOMENS E MULHERES

Entre 2001 e 2003, ampliou-se de 4 para 8 pontos a diferença no percentual de homens e mulheres que atingem o nível 3 de alfabetismo. Entre as pessoas com 8 a 10 anos de estudo, a diferença atinge 11 pontos a favor das mulheres em 2003.

Isso indica que além de permanecer mais tempo estudando, como mostram os dados censitários, as mulheres também estão aproveitando melhor a escolarização no que diz respeito à aquisição de habilidades de leitura e sua manutenção ao longo da vida.

Níveis de alfabetismo segundo o sexo, em 2001 e 2003 (%)



HÁBITOS DE LEITURA SOFREM POUCA ALTERAÇÃO, MAS COM TENDÊNCIA DE QUEDA

O INAF 2003 investigou hábitos de leitura de jornais, revistas, livros e uso de computador, além de uma série de práticas do dia-a-dia que envolvem leitura e escrita, tais como fazer lista de compras, verificar vencimento de um produto que vai comprar, escrever cartas, etc.

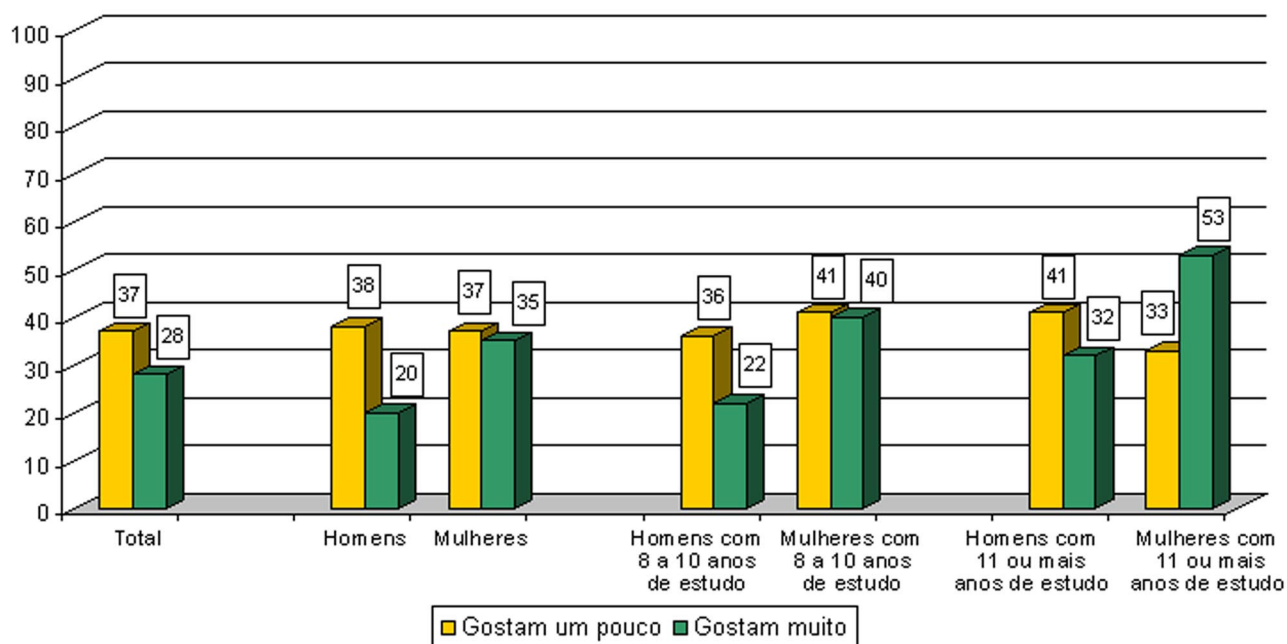
Apesar das diferenças entre 2001 e 2003 estarem dentro da margem de erro calculada para a pesquisa, nota-se pequenas mas sistemáticas quedas em vários hábitos de leitura nos Níveis 1, 2 e 3.

EVOLUTIVO DE HÁBITOS DE LEITURA (%)										
	TOTAL		ANALFA-BETO		NÍVEL 1		NÍVEL 2		NÍVEL 3	
	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2001	2001	2003
Gosta de ler para se distrair ou passar o tempo (muito/um pouco)	67	65	17	11	61	62	75	69	82	81
Costuma ler livros (ainda que de ves em quando)	79	75	16	15	72	67	91	82	96	92
Costuma ler revistas (pelo menos uma vez por semana)	30	30	4	1	19	15	31	31	51	53
Costuma ler jornais (pelo menos uma vez por semana)	37	32	5	3	25	21	42	33	58	53

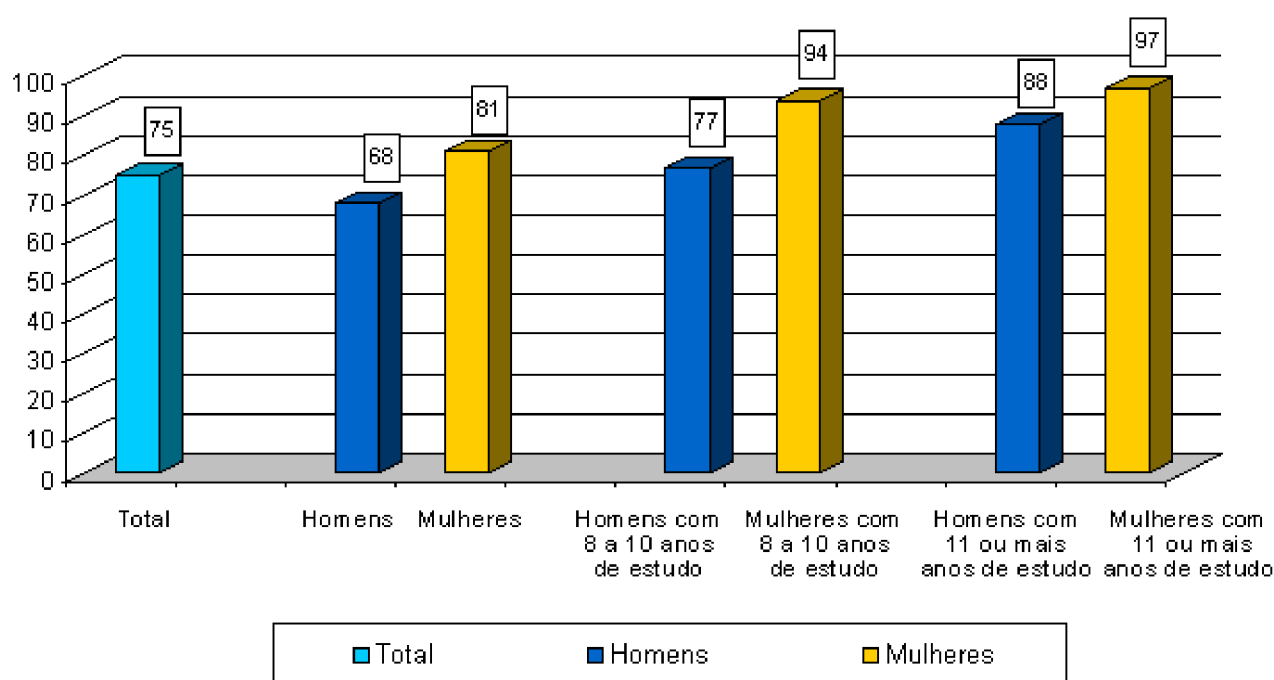
MULHERES COSTUMAM LER MAIS QUE OS HOMENS

A diferença no desempenho em leitura entre homens e mulheres corresponde também a um maior interesse e a práticas mais freqüente de leitura entre as mulheres.

- **Gosto pela leitura:** 35% das mulheres afirmam gostar muito de ler para se distrair, contra 20% dos homens. Entre pessoas com ensino médio completo ou mais, a diferença é de 53% a 32% a favor das mulheres. A mãe é indicada por 41% dos entrevistados como estando entre as duas pessoas que mais lhes influenciaram o gosto pela leitura; professores ou professoras são indicados por 36% e o pai por 24%. A influência do pai no gosto pela leitura é mais freqüente entre os homens, que o mencionam em 29% dos casos, contra 21% entre as mulheres.

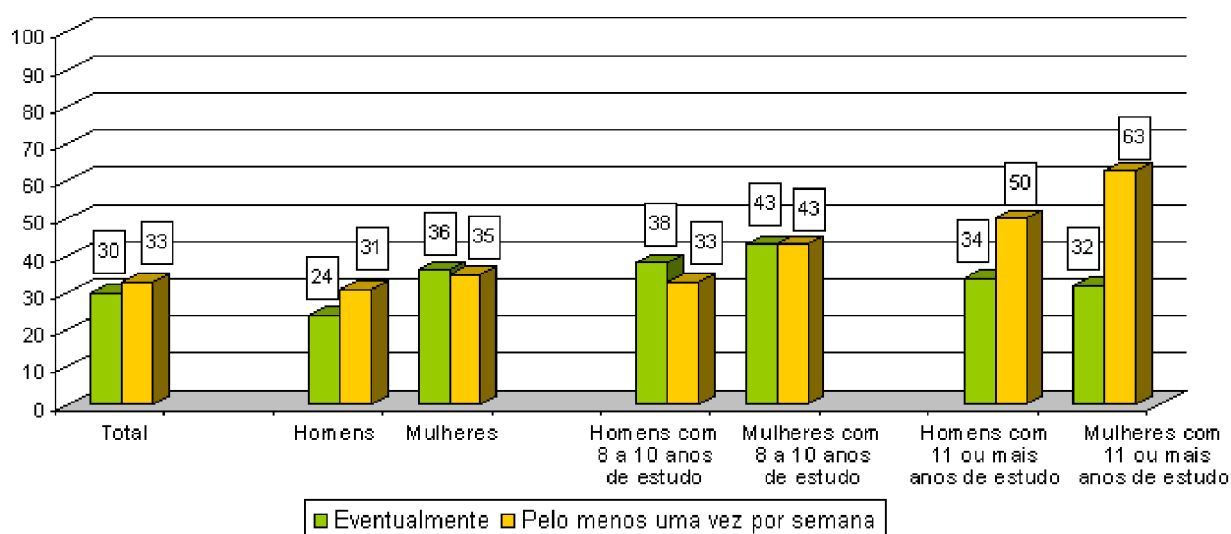
Gostam de ler para se distrair, segundo o sexo e os anos de estudo (%) - 2003

- **Leitura de livros:** 81% das mulheres afirmam que costumam ler livros, ainda que de vez em quando, contra 68% dos homens. Entre pessoas com 8 a 10 anos de estudo, a diferença é de 94% para 77%.

Costumam ler livros, ainda que de vez em quando, por sexo e anos de estudo (%)

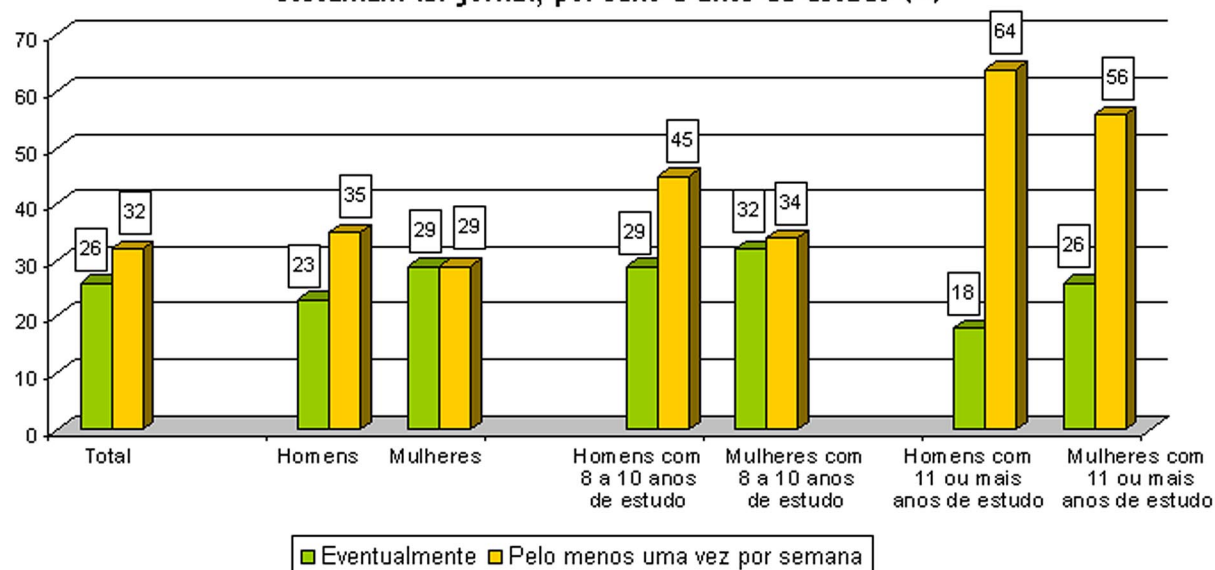
- **Leitura de revistas:** Costumam ler revistas 71% das mulheres, contra 55% dos homens. Quando analisa-se separadamente o grupo com maior escolaridade, observa-se que metade dos homens declaram ler revistas pelo menos uma vez por semana, contra 63% das mulheres.

Costumam ler revistas, por sexo e anos de estudo (%)



- **Leitura de jornais:** A leitura de jornais é mais freqüente entre os homens: 35% costumam ler pelo menos uma vez por semana, contra 29% entre as mulheres. A diferença a favor dos homens se mantém nos grupos com mais escolaridade.

Costumam ler jornal, por sexo e anos de estudo (%)



USO DE COMPUTADOR SE MANTÉM NO MESMO PATAMAR DE 2001.

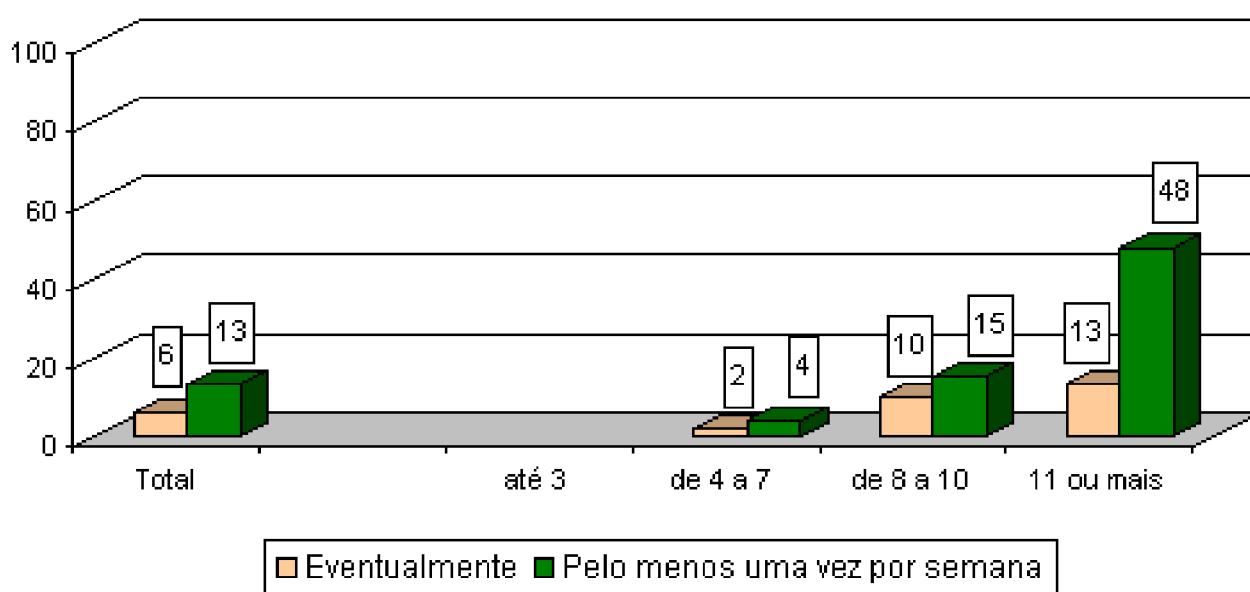
Hoje em dia, o computador é também um importante veículo de textos escritos, entretanto, seu uso é muito reduzido na população: só 13% utilizam computador pelo menos uma vez por semana e 6% utilizam eventualmente, enquanto 81% não utilizam. Esse resultado foi praticamente igual ao de 2001, no total da população e por Níveis do INAF.

EVOLUTIVO DO USO DE COMPUTADOR POR NÍVEL DO INAF (%)										
FREQUÊNCIA DO USO DE COMPUTADOR (MESMO QUE EVENTUALMENTE)	TOTAL		ANALFABETO		NÍVEL 1		NÍVEL 2		NÍVEL 3	
	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003
	17	19	1	0	4	4	15	19	41	47

Por estar diretamente relacionada a escolaridade e renda, o uso do computador também está muito concentrado no Nível 3 do INAF. Enquanto apenas 19% dos entrevistados do Nível 2 usam computador, no Nível 3 a proporção salta para 47%.

Não se verificam diferenças significativas entre homens e mulheres a esse respeito. As grandes diferenças relacionam-se mais uma vez a escolaridade. Das pessoas com até 3 anos de estudo, nenhuma utiliza computador, enquanto entre pessoas com pelo menos o ensino médio completo 48% usam pelo menos uma vez por semana e 13% usam eventualmente.

Utilizam computador, por anos de estudo (%)



TRABALHADORES COM MAIS ESCOLARIDADE TÊM MAIS OPORTUNIDADES DE APRENDIZAGEM NA EMPRESA

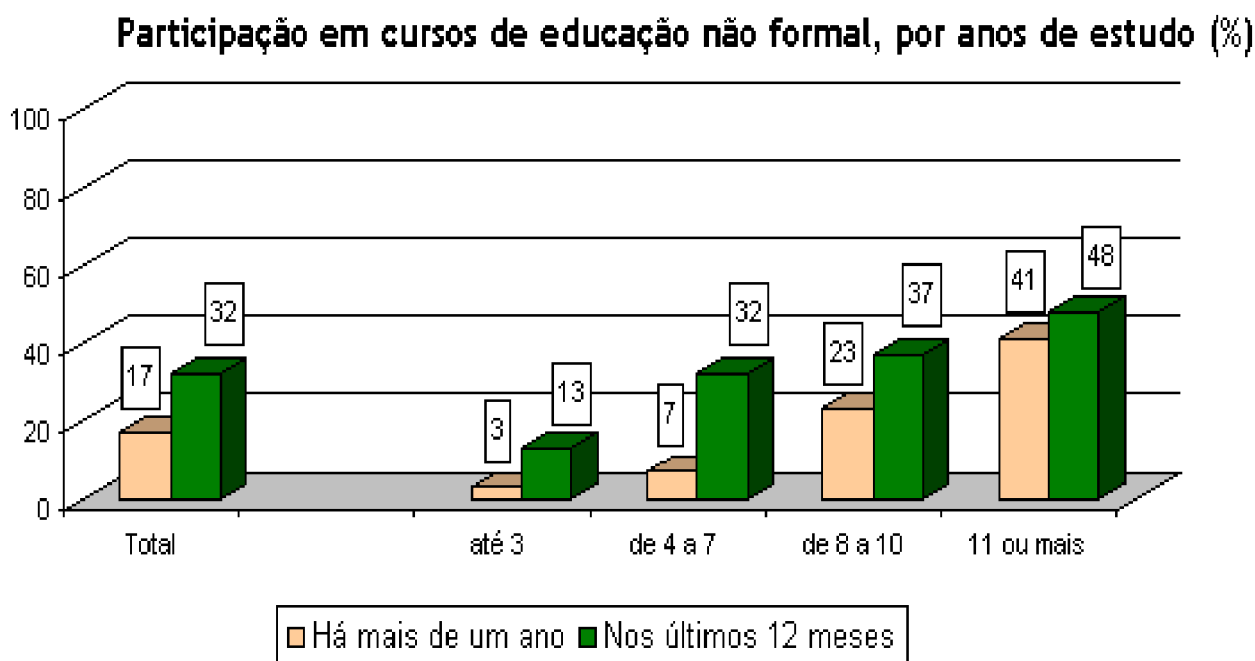
Um dos principais vantagens associadas ao domínio pleno da leitura e da escrita – a chamada alfabetização funcional – é a possibilidade de utilizar essa tecnologia para continuar aprendendo ao longo de toda a vida, mesmo após a educação formal. Interessado nesse importante aspecto, o INAF investigou quantos brasileiros já participaram de algum tipo de curso de educação não formal. Para se ter um termo de comparação, o índice de participação em cursos dessa natureza, considerando um período de 12 meses a partir da entrevista, gira em torno de 40% nos países desenvolvidos¹. No Brasil, o índice de participação apurado pelo INAF 2003 é 17%.

¹ OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico. *Literacy in the Information Age. Final Report of the International Adult Survey*. Paris: OCDE, 2000.

EVOLUTIVO DA EDUCAÇÃO CONTINUADA POR NÍVEL DO INAF (%)										
Realização de cursos (nos últimos doze meses)	TOTAL		ANALFABETO		NÍVEL 1		NÍVEL 2		NÍVEL 3	
	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003
	14	17	1	2	4	5	14	15	30	35

Não há diferença significativa desse percentual entre 2001 e 2003 no total da população, mas há crescimento acima da média (5 pontos) entre os de Nível 3.

Também nesse item o nível de escolaridade é o grande diferencial. Entre pessoas com ensino médio completo ou mais, o índice de participação em cursos nos últimos 12 meses é de 48%.



Os cursos mais procurados são os de informática, opção de 31% dos que realizaram cursos de educação não formal no período, seguidos dos cursos de idiomas, opção de 7% desse grupo.

Além da baixa escolaridade, baixa renda é outro fator que limita as possibilidades de muitos jovens e adultos realizarem cursos. O INAF 2003 apurou que os cursos realizados foram pagos pelo próprio beneficiado ou sua família em 55% dos casos. Para 18%, quem pagou o curso foi a empresa em que trabalha. Cursos gratuitos correspondem a 22% dos casos. Com relação a esse aspecto, há diferenças significativas entre homens e mulheres: enquanto 48% dos homens fizeram cursos pagos por eles mesmos ou suas famílias, este índice é de 61% entre as mulheres. As empresas financiam os cursos para 28% dos homens, contra 10% das mulheres. As empresas tendem também a investir mais na formação dos funcionários já mais qualificados: elas são responsáveis pelo financiamento dos cursos de 29% dos que tem curso superior, contra 11% dos que têm de 5ª a 8ª série.

Para pessoas que estavam trabalhando ou já tinham trabalhado fora de casa alguma vez, perguntou-se também sobre oportunidades de aprendizagem na própria empresa. Só 16% afirmam que costumam ou costumavam participar de reuniões para planejar e avaliar o trabalho e 12% de treinamentos. Mais uma vez, a desigualdade educacional se reproduz: os que têm mais qualificação são os que mais têm

oportunidade de aprender com o próprio trabalho. Costumam participar de reuniões de planejamento e avaliação 52% dos trabalhadores com nível superior, 24% dos trabalhadores com ensino médio, 15% dos que têm 5ª a 8ª série e 6% dos que têm até o primário. Participação em treinamentos é mencionada por 38% dos de nível superior, 21% dos de nível médio, 9% dos com 5ª a 8ª série e 3% dos que têm até o primário.

FREQÜÊNCIA A CINEMAS, TEATROS E MUSEUS É MAIS RESTRITA QUE O HÁBITO DA LEITURA

A leitura e a escrita são instrumentos fundamentais para garantir o acesso à cultura e a aprendizagem ao longo de toda a vida. Entretanto, existem outros meios de aprender, de se informar e participar, outras práticas culturais que podem ser tão relevantes quanto ler um livro. O INAF investigou algumas dessas práticas para verificar em que medida se associam e complementam o alfabetismo da população.

NO NÍVEL 3 NÃO HÁ PERDAS E HÁ GANHOS SISTEMÁTICOS, AINDA QUE PEQUENOS, NOS HÁBITOS E PRÁTICAS CULTURAIS ENTRE 2001 E 2003.

Se no total da população os hábitos e práticas culturais mantêm-se com frequências iguais a 2001, o Nível 3 diferencia-se na medida que não apresenta nenhuma queda e nota-se pequeno crescimento em vários itens - Ir ao Cinema, Ir a Shows e Espetáculos, Alugar Filmes/DVD's e Ir a Museus. Nos demais níveis de alfabetismo aparecem aumentos pontuais, em um ou outro hábito, mas sempre acompanhados de quedas nos demais.

EVOLUTIVO DE PRÁTICAS CULTURAIS POR NÍVEL DO INAF (%)										
	TOTAL		ANALFA-BETO		NÍVEL 1		NÍVEL 2		NÍVEL 3	
	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003	2001	2003
Ir ao cinema (sempre / de vez em quando)	32	33	6	7	18	17	35	33	54	61
Ir à exposições e feiras (sempre / de vez em quando)	55	51	34	28	43	41	58	52	71	70
Ir ao Teatro (sempre / de vez em quando)	17	18	4	4	6	11	19	16	32	32
Ouvir e contar histórias (sempre / de vez em quando)	*	64	*	43	*	53	*	67	*	77
Ir à shows e espetáculos (sempre / de vez em quando)	50	53	18	20	34	37	58	57	70	74
Ouvir noticiários no rádio (sempre / de vez em quando)	*	88	*	85	*	88	*	89	*	87
Alugar filmes em locadora (sempre / de vez em quando)	41	44	4	12	22	27	48	47	66	70
Assistir noticiários na TV (sempre / de vez em quando)	*	95	*	86	*	92	*	97	*	99
Ir à museus (sempre / de vez em quando)	21	22	4	4	12	14	22	22	37	39
Discutir assuntos da atualidade (sempre / de vez em quando)	*	80	*	63	*	70	*	83	*	93

Apesar das mulheres terem mais escolaridade que os homens e lerem mais livros e revistas, isso não quer dizer que elas levem vantagem com relação a outras práticas culturais. De forma geral, o INAF 2003 não constata diferenças significativas na frequência com que homens e mulheres vão ao cinema, ao teatro, ao museu, etc. Em alguns casos, como frequência a shows e espetáculos, exposições e feiras, os homens levam vantagem em relação às mulheres.

Mas o principal diferencial nesses casos é a escolaridade, assim como outros fatores associados, principalmente a renda. Porte do município, setor urbano ou rural e região também são fatores que condicionam o acesso a práticas culturais relevantes, que muitas vezes são mais muito mais restritas que o acesso à leitura. Esse fato, entretanto, não parece preocupar tanto a opinião pública quanto o suposto desinteresse dos brasileiros pelos livros. Se consideramos, entretanto, que vivemos numa era multimídia, as informações coletadas pelo INAF a esse respeito merecem toda a atenção dos educadores e gestores públicos.

É POSSÍVEL DEMOCRATIZAR O ACESSO À LEITURA

A grande maioria das pessoas que lêem livros, revistas ou jornais têm acesso a esses materiais por meio da compra ou empréstimo de parentes ou amigos. Num país com tantas desigualdades de renda, esse é um fator que limita bastante o acesso à leitura. Afirmam que o item é comprado pelo próprio ou alguém da casa, 45% dos leitores de livros, 59% dos leitores de jornais e 59% dos leitores de revistas. Empréstimo de parentes ou amigos 42% (livros), 44% (revistas) e 30% (jornais).

O local de trabalho também oferece oportunidades de acesso a materiais impressos: 17% dos leitores de jornais os têm disponíveis no local de trabalho, 11% dos leitores de revista e 6% dos leitores de livros. Ainda que reduzidos, esses percentuais sugerem que o local de trabalho é um foco promissor para políticas que visem a democratização da leitura.

Com relação à mais tradicional política de democratização da leitura – a biblioteca – o INAF 2003 também apurou informações importantes:

- O uso de bibliotecas, assim como as várias práticas de leitura e culturais já mencionadas antes, está concentrado no Nível 3 do INAF, sendo muito correlacionado também a escolaridade do entrevistado.

Vão à biblioteca, por Nível do INAF (%)					
	Total	Analfabetos	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Retirar livros					
Sempre	7	1	3	5	16
De vez em quando	21	2	10	26	35
Ler e consultar livros					
Sempre	10	1	4	10	23
De vez em quando	23	1	12	26	37
Ler e consultar revistas e jornais					
Sempre	9	0	3	8	20
De vez em quando	17	1	9	21	27

- Pouco mais de um terço da população (34%) afirma nunca ter ido a uma biblioteca; nas classes D e E esse percentual é de 49%.
- Pouco mais que a metade da população (59%) afirma já ter ido a uma biblioteca pública; 45% afirmam já ter ido a uma biblioteca na escola e só 7% afirmam já ter ido a uma biblioteca no local de trabalho.
- 41% afirmam existir atualmente alguma biblioteca perto de sua casa ou do seu trabalho.
- Menos pessoas costumam ir a bibliotecas para retirar livros (7% sempre e 21% às vezes) ou lê-los e consultá-los (10% sempre e 23% às vezes). A consulta a jornais e revistas nesse locais é ainda menor (9% sempre e 17% às vezes).

ALGUMAS CONCLUSÕES

- A educação básica promove a prática da leitura e outros hábitos culturais ao longo da vida e amplia as oportunidades de educação continuada.
- O acesso a materiais de leitura é condicionado pelo poder aquisitivo e pela escolaridade, mas políticas públicas podem ampliar o acesso das populações de baixa renda a livros, revistas, jornais e computadores.
- O acesso a outras práticas culturais, como ir ao cinema, teatros e museus é ainda mais restrito que à leitura. As políticas públicas podem atuar nesses vários aspectos de forma integrada, promovendo o acesso e a utilização de acervos multimídia, além de espetáculos e da interação presencial de comunidades de leitores.
- As empresas podem ser um vigoroso pólo de promoção da leitura, de outras práticas culturais e da educação continuada.
- As políticas públicas e empresariais, assim como as práticas educacionais, precisam considerar e refletir sobre as características específicas dos grupos envolvidos. Por exemplo, refletir sobre as razões por que as mulheres se identificam mais com o mundo da leitura, particularmente com a leitura da ficção e entretenimento. Por que esse padrão não se confirma no que se refere à frequência a cinemas, teatros ou espetáculos? Por que, por outro lado, os homens se identificam mais com a leitura de informação? Por que as empresas investem mais na formação continuada dos homens do que das mulheres? Como a escola, as empresas e as políticas públicas poderiam interferir nesses padrões?